

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E A POLÍTICA AGRÍCOLA

Gabriel Canedo Quiroga *

RESUMO

O professor, após dar ênfase à origem do complexo agroindustrial, disserta acerca dos setores que o integram, a sua estrutura e a política agrícola.

A queda dos níveis de nutrição, já muito precários, da população brasileira, a falência de dezenas de milhares de produtores agropecuários, a depredação do meio ambiente e o enriquecimento de uns poucos através de grandes movimentos especulativos com alimentos, o delineamento de políticas agrícolas que não satisfazem as aspirações dos produtores rurais, tem muito a ver com uma estrutura de relações intersetoriais chamada de "Complexo Agroindustrial", *Agrobusiness* em inglês.

ORIGEM

Durante milhares de anos, desde o advento da humanidade, as pessoas dedicadas à produção rural utilizavam exclusivamente insumos produzidos por eles mesmos: sementes, adubos orgânicos etc., inclusive fabricavam seus instrumentos de trabalho, tais como arados de madeira, carroças e outros.

Seus produtos eram vendidos diretamente aos consumidores, ou trocados por outros, de forma *in natura* ou pouco modificados.

* Engenheiro Agrônomo M.S. em Extensão Rural, Professor Titular da Escola de Agronomia da UFG.

Com a evolução da agricultura, especialmente a partir da revolução industrial, quando a agricultura foi convocada a produzir mais alimentos e matérias primas para as indústrias, passou-se a utilizar insumos não produzidos pelos próprios agricultores, tais como pesticidas e fertilizantes não orgânicos.

Ao mesmo tempo, com a especialização de funções, ou divisão do trabalho, os instrumentos de trabalho na agricultura passaram a ser fabricados pelas indústrias, ainda que em pequenas quantidades inicialmente.

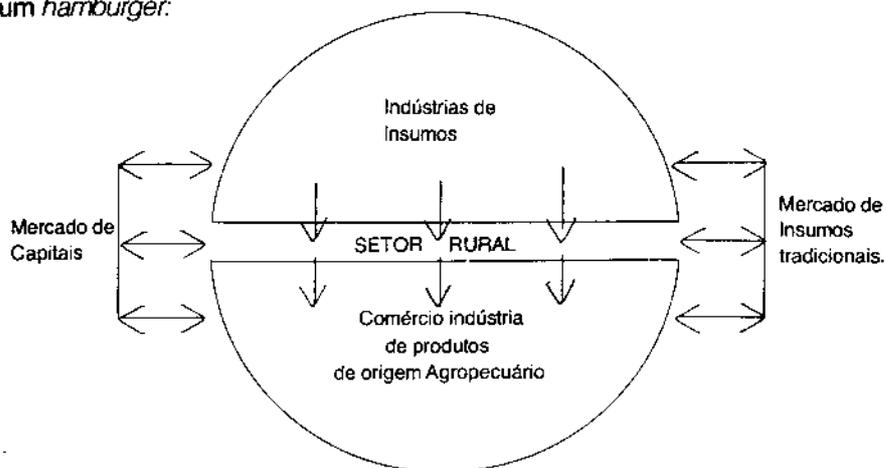
Simultaneamente, os produtos de origem animal e vegetal passaram a ser industrializados, como por exemplo o milho, o trigo, o leite, as carnes, frutas etc. Aos poucos surge a grande indústria de transformação de produtos de origem animal e vegetal e os comércios interno e internacional se aperfeiçoaram.

Desta forma passam a delinear-se 3 setores básicos, intimamente ligados.

A montante, o setor industrial que produz os equipamentos e insumos para o setor rural, tais como tratores, colhedeiças, arados, implementos, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas, sais minerais, rações, sementes melhoradas, sêmen de reprodutores, vacinas, remédios e outros.

Na parte central, o setor rural que realiza a produção agropecuária e, a jusante, o setor de comércio e de transformação de produtos de origem vegetal e animal, ou seja, os frigoríficos, laticínios, fábricas de óleos vegetais, refinações de milho, moinhos, fábricas de conservas, de doces, etc., e ainda, cerealistas, atacadistas e *trading companies*.

Simplificadamente estes setores poderiam ser representados como um *hamburger*:



O setor a montante produz e vende ao setor rural equipamentos e insumos. O setor rural combinando-os com os fatores solo, água, clima e mão de obra realiza a produção agropecuária, a qual é vendida ao setor a jusante: o comércio e indústria de transformação de produtos de origem animal e vegetal.

Ainda fazem parte do Complexo Agroindustrial outros dois setores: o Mercado de Capitais e o Mercado de Insumos Tradicionais.

O Mercado de Capitais, ao mesmo tempo que fornece recursos financeiros aos três setores (central, a montante e a jusante), recebe aplicações de capital dos mesmos (depósitos em conta corrente, RDBS, CDBS, Cadernetas de Poupança etc.), acontecendo o mesmo processo com o Mercado de Insumos Tradicionais (terra e mão de obra).

CONSEQUÊNCIAS:

A evolução deste sistema de relações intersetoriais, denominado, como já mencionamos de "Complexo Agroindustrial" chegou a tal ponto que seria impossível pensar hoje em uma agricultura totalmente autônoma.

A dependência de certos setores agropecuários é de quase 100% a respeito dos outros setores do Complexo. É o caso da avicultura: pintos de um dia, vacinas, remédios, rações, gaiolas, bebedouros, comedouros, caixas de embalagem etc, todos são comprados do setor industrial que produz insumos. Apenas o trabalho do avicultor, água, calor e luminosidade são agregados. Feita a produção, os ovos e frangos são entregues ao comércio e à indústria de transformação.

Quanto mais se moderniza a agricultura, o seu grau de dependência dos outros setores aumenta.

Atualmente o consumidor utiliza, a cada dia que passa menos alimentos *in natura* e mais industrializados. Até os hábitos de consumo foram modificados. O consumo de margarina é maior que o de manteiga de leite. Os óleos vegetais substituíram a banha de porco.

O funcionamento deste sistema trouxe uma série de benefícios para a economia dos países. O setor rural passou a contar com equipamentos e insumos que lhe permitiram multiplicar sua produção e aumentar sua produtividade.

No caso brasileiro, em 1987, menos de 30% da população encontram-se meio rural. Ela produz alimentos para si e para os outros 70% que moram nas cidades, e ainda, matérias primas para as indústrias e excedentes crescentes de produtos para a exportação.

Os mercados para a produção agrícola foram ampliados e o consumidor dispõe de uma série enorme de produtos industrializados de origem animal e vegetal.

Entretanto, também podem ser verificados frutos amargos desta interdependência.

Uma vez que as firmas a montante e a jusante do setor rural são relativamente pouco numerosas, estruturaram-se, de um lado em monopólios e oligopólios e em monopsônios e oligopsônios por outro.

Ora, o setor rural é constituído de milhões de unidades independentes. Quando estas vão adquirir os insumos que necessitam dos monopólios e oligopólios, evidentemente, os níveis de preços são fixados por estes últimos. Os produtores rurais são obrigados a pagar o que lhes pedem.

As relações de troca entre estes dois setores se deterioram cada vez mais. A título de exemplo citaremos dados extraídos de uma entrevista concedida pelo Presidente da Associação Nacional de Defensivos Agrícolas – ANDEF, que congrega as indústrias desse setor à revista *Exame* a meados de 1984.

Ele afirmou que, em relação a 1982, haviam sido vendidas em 1983 onze mil toneladas a menos de pesticidas agrícolas, ou seja, 17% a menos.

Entretanto o faturamento correspondente ao mesmo período havia aumentado em 177,5%, quando a inflação chegou a 150%, ou seja, os produtores rurais consumiram menos pesticidas e pagaram mais, em termos reais, descontada a inflação do período.

Há poucas semanas, especificamente no dia 30 de agosto, através do jornal *O Popular*, a Federação da Agricultura do Estado de Goiás – FAEG denunciava que os preços mínimos haviam sido corrigidos em percentuais muito menores aos ocorridos nos equipamentos e insumos.

O Trator CBT 8.440 que em 1986 custava Cz\$ 180.000,00 passou para Cz\$ 800.000,00, com um reajuste médio de 344,4%.

A colhedeira New Holland subiu 204%. Os fertilizantes tiveram um aumento médio de 331,7%, enquanto os preços mínimos aumentaram 129,6% para o arroz, 140% para o milho, 144,7% para o feijão e 120,1% para a soja.

Ou seja, quase a metade em relação ao aumento dos preços das máquinas e insumos.

Desta forma, recursos quantiosos são retirados do setor rural para benefício de poucas firmas, em sua maior parte multinacionais.

No que diz respeito ao comportamento do setor a jusante, ou seja, o setor que comercializa e industrializa os produtos agropecuários, grandes e graves escândalos têm frequentado as páginas da imprensa nacional.

A título de exemplo citaremos a grande especulação, com alimentos, ocorrida nos anos 83 e 84.

Após a safra de 1983, estranhamente, os órgãos responsáveis do Governo Federal permitiram a exportação de 766 mil toneladas de milho. Estranhamente porque o país conta com serviços de previsão de safras e de consumo. Certamente havia ciência de que permitindo estas exportações pelas *trading companies*, o milho, componente de rações para animais, iria, fatalmente faltar. Os produtores rurais foram remunerados pelo milho que venderam a nível 100, logo após a safra.

Passados apenas alguns meses "descobriu-se" que o milho estocado no país estava acabando.

Os preços dispararam, chegando gradativamente aos índices 600, 700 e até de 800, ou seja, o milho já totalmente nas mãos dos intermediários, havia aumentado seis a oito vezes em relação ao preço pago aos produtores de cereal.

A mesma coisa acontecia com o farelo de soja, que alcançou no Brasil preços superiores aos vigentes no mercado internacional, isto no curto período de cinco meses.

Deve ser lembrado que o milho e o farelo de soja são componentes básicos das rações de aves, suínos e gado leiteiro.

Diante da situação, o Governo implementou a importação de milho no mercado externo através das *trading companies*. De novo, muito estranhamente conforme foi denunciado pela imprensa, por um preço superior em até 50% às cotações vigentes no mercado internacional (Diário da Manhã, jan. 1984), possibilitando lucros fabulosos a estas *tradings*.

Com a elevação acentuada dos preços do milho e do farelo de soja no país, e conseqüentemente das rações para animais, os custos de produção das aves, ovos, suínos e leite foram elevados em quase 500%.

Entretanto, apesar da inflação no período ter atingido 211% e o preço da carne suína ter aumentado em 350%, os produtores não podendo vender seus produtos a um preço que ao menos cobrisse seus custos acabaram fechando seus negócios, falindo.

Por outra parte, os consumidores afastaram-se do mercado pela elevação dos preços, uma vez que sua renda não havia tido incrementos dessa ordem.

Verdadeiro desespero tomou conta de milhares de produtores. Protestos públicos com a soltura de galinhas nas ruas e queima de pintos pela TV foram feitos. Em vão. Estes setores produtivos ficaram arrasados.

As conseqüências desta gigantesca especulação, agravadas pela especulação com a carne bovina, na mesma época, refletiram-se no aumen-

to dos índices de inflação e na deterioração do já precário nível alimentar do povo brasileiro. Segundo notícia publicada na *Folha de São Paulo* em 08/10/84, em relação a 1978, o consumo de leite havia caído de 103 para 72 litros anuais per capita, de ovos de 75 para 60 unidades, e de carne bovina de 22,5kg para 11,5kg por pessoa.

Nesse mesmo período, conforme mencionamos há pouco, ocorreu uma grande especulação com os recursos destinados pelo Governo Federal para a estocagem de carne bovina, beneficiando com grandes lucros alguns frigoríficos envolvidos na operação. Foram a eles fornecidos, financiamentos com taxas de juros fixas, subsidiadas portanto, para a estocagem de carne que deveria ser liberada para o consumo na entressafra. A maior parte dos recursos foram desviados, e a pouca carne estocada, bem abaixo dos níveis contratados, foi vendida por preços superiores aos que haviam sido combinados com o governo. A escassez de carne provocou grandes altas dos preços.

Ao invés de punições, foram concedidas prorrogações de datas de pagamento dos financiamentos e as multas perdoadas. Segundo a imprensa, através desses "acordos de cavalheiros", o Governo havia doado aos frigoríficos entre 33 a 72 bilhões de cruzeiros, ou seja, entre 15 e 32,7 milhões de dólares.

Nos dois casos citados, tudo foi feito com o consentimento das autoridades, e o que é pior, com recursos financiados com juros subsidiados pelo Governo, ou seja, por toda a sociedade brasileira.

Contribuiu-se generosamente para aumentar a concentração da renda e a inflação e prejudicar gravemente o nível alimentar da população.

Deve-se ainda recordar que o setor que compra, comercializa e industrializa os produtos agropecuários está organizado em monopsonios e oligopsonios. E a situação se repete para os produtores rurais: quando vão vender sua produção, os preços são determinados pelos compradores, e não pelos produtores. Neste caso, novamente o setor rural é o sacrificado.

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E A POLÍTICA AGRÍCOLA:

Existe, de fato, uma relação muito estreita entre a estrutura do Complexo Agroindustrial e a Política Agrícola.

Os setores a montante e a jusante do setor rural constituem hoje poderosas organizações econômicas, com reflexos a nível político.

Os grupos de pressão formados por estes setores influenciam decisivamente no delineamento das políticas agrícolas governamentais.

Não é mera coincidência que os fartos recursos colocados a disposição pelo Crédito Rural, com juros altamente subsidiados, até 1985 tenham

sido dirigidos sobretudo à expansão do mercado para equipamentos e insumos agrícolas.

Nas operações de Crédito Rural ao produtor, a compra dos chamados insumos modernos, ou seja industrializados, não era apenas financiável pelo crédito de custeio, como constituíam "condição" para sua concessão.

Quem desejasse beneficiar-se pelo crédito rural tinha que adquirir, obrigatoriamente, 15% do orçamento de custeio (no caso da pecuária 7,5%) em insumos modernos como fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas etc.

Segundo o livro "Agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo", em 1976, o Crédito Rural cobriu 85% do total das vendas de agrotóxicos no país.

O Crédito Rural tornou possível o aumento da frota de tratores agrícolas no Brasil, de 166 mil unidades em 1970 para 531 mil em 1980, e o consumo de fertilizantes de 305 mil toneladas de nutrientes em 1967 para 4 milhões em 1980.

O uso abusivo de pesticidas incentivados pelo Crédito Rural subsidiado e a pressão dos fabricantes e comerciantes trouxe consequências muito graves para o equilíbrio ambiental.

Segundo o livro já citado, "o efeito vicioso do uso de agrotóxicos no Brasil confirma a regra já observada em outros países, pela qual, quanto mais se usa mais se precisa: de 1958 a 1976 o número de pragas prejudiciais às lavouras cresceu mais de 3 vezes, de 193 para 593".

A degradação dos cursos de água, devido a contaminação por pesticidas, inclusive das fontes que abastecem de água as cidades, é fato de conhecimento geral.

As intoxicações e mortes de agricultores atingem números alarmantes. Como por exemplo, levantamento levado a cabo pela Cooperativa Agrícola de Cascavel - COOPAVEL, no oeste paranaense verificou um índice de contaminação do sangue por resíduos de pesticidas em 35% dos seus associados.

Somente Deus sabe a quantidade de venenos que ingerimos, todos nós, através de frutas e verduras contaminadas por pesticidas. A falta de conhecimentos básicos e o descuido de produtores rurais é comum. Os prazos de carência entre a aplicação do veneno e a colheita raramente são obedecidos. Os próprios rótulos dos pesticidas não são suficientemente esclarecedores.

Diante destas situações, diversas organizações ambientalistas e de profissionais ligados ao setor, deflagaram movimentos por uma legislação que estabelecesse normas mais rígidas para o controle e uso de agrotóxi-

cos, movimento cristalizado inicialmente através de lei estadual sancionada pelo Governo do Rio Grande do Sul. Outros estados seguiram o exemplo.

Isto desagradou os industriais de agrotóxicos, e pressões até de Governos estrangeiros se fizeram para que essas leis estaduais fossem declaradas inconstitucionais. O trabalhador mais dedicado nesta luta contra essas leis estaduais foi nada menos do que o Ministro da Agricultura da época, o último da velha república, representante de fato dos dois setores situados a montante e a jusante do setor rural. Segundo a imprensa era nada menos do que um dos diretores da Bayer do Brasil, um dos maiores fabricantes de pesticidas e remédios veterinários situada a montante do complexo agroindustrial e ao mesmo tempo um dos dirigentes da Granoleo, indústria de óleos situada a jusante.

Certamente não seria este senhor que iria defender os interesses do setor rural contra os interesses dos seus representados. Nem seria ele que fosse propor políticas agrícolas voltadas aos reais interesses do setor rural.

O assunto é extenso e poderíamos estender-nos por horas a fio.

Entretanto vemo-nos obrigados a concluir o tema, voltando a alertar sobre as consequências das relações intersetoriais denominadas Complexo Agroindustrial e sobre a necessidade de procurar soluções que venham proteger, não apenas o setor rural bem como os consumidores e o país como um todo contra os abusos de poder decorrentes deste tipo de relações estruturais.